

RECURSO ESPECIAL Nº 1.295.574 - SP (2011/0284619-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADA : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI E OUTRO(S) - SP130291
RECORRIDO : ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO : ADELAIDE ROSSINI DE JESUS E OUTRO(S) - SP027024

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO RETIDO - Não reiteração no apelo dos autores - Aplicação do disposto no § 1º, do art. 523 do CPC - Não conhecimento.

AGRAVO RETIDO - SEGURO HABITACIONAL - INDENIZATÓRIA ILEGITIMIDADE DE PARTE PASSIVA AD CAUSAM - INÉPCIA DA INICIAL - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - Chamamento ao processo do IRB - Ação promovida pelos cessionários - mutuários contra a seguradora - Preliminares afastadas - Recurso desprovido.

AGRAVO RETIDO - PRESCRIÇÃO - SEGURO HABITACIONAL - INDENIZATÓRIA - Invocação da prescrição ânua da ação, prevista no art. 178, § 6º, inciso II, do Código Civil de 1916 (art. 206, § 1º, inciso II, do Código Civil de 2002) - Afastamento - Expressão "segurado" contida no artigo em referência que não deve ser entendida no seu sentido amplo, de modo atingir o beneficiário ou terceiro - Preliminar de mérito rejeitada - Agravo retido desprovido.

SEGURO HABITACIONAL - Defeitos que derivam de falha estruturais de construção - Cláusula contratual excludente de cobertura - Afastamento da cláusula restritiva, por importar em desvirtuamento d finalidade do seguro habitacional - Proteção do imóvel do mutuário - Alcance social do Sistema Financeiro da Habitação - Extinção do processo com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, afastada - Procedência da ação decretada - Recurso provido para esse fim.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, a seguradora alega violação dos artigos

178, § 6º, II, 920, 1.434, 1.457, 1.459, 1.460 do Código Civil de 1916 e 3º, 267, VI, e 535 do Código de Processo Civil de 1973.

Merece reforma o acórdão recorrido, o qual foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105/2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Com efeito, o entendimento do Tribunal de origem não está de acordo com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual o prazo de prescrição é anual para as ações propostas pelo segurado contra a seguradora. Confira-se:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA POR VÍCIOS CONSTRUTIVOS - SEGURO HABITACIONAL - PRAZO PRESCRICIONAL ANUO - PRECEDENTES DO STJ. INCONFORMISMO DA SEGURADA.

1. Acórdãos oriundos da mesma turma que apreciou o julgado embargado não são aptos a demonstrarem o dissídio jurisprudencial que enseja a admissão dos embargos de divergência.
 2. Aplica-se às ações ajuizadas por segurado/beneficiário em desfavor de seguradora, visando à cobertura de sinistro referente a contrato de mútuo celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, o prazo prescricional anual, nos termos do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916.
 3. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte, desprovidos.
- (EREsp 1272518/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2015, DJe 30/06/2015)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de considerar prescrita a pretensão. Prejudicadas as demais questões. Custas e honorários pela parte autora em R\$ 1.000,00 (mil reais), considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

